



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
20ª Vara Cível e de Ações Especiais da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre

Rua Manoelito de Ornelas, 50 - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90110230 - Fone: (51) 3210-6500 - Balcão Virtual n. (51)99802-9137 - Email:
frpoacent20vciv@tjrs.jus.br

AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL Nº 5108087-63.2024.8.21.0001/RS

AUTOR: CELIO STUDART BARBOSA

AUTOR: ASSOCIACAO INSTITUTO AMEPATAS

RÉU: COBASI COMERCIO DE PROD BASICOS E INDUSTRIALIZADOS LTDA

DESPACHO/DECISÃO

ASSOCIAÇÃO INSTITUTO AMEPATAS e CELIO STUDART BARBOSA ajuizaram Ação Civil Pública com Pedido de Tutela de Urgência e Caráter Incidental em face de **COBASI COMÉRCIO DE PRODUTOS BÁSICOS E INDUSTRIALIZADOS LTDA**. Sustentaram a legitimidade ativa da associação para a propositura da ação. Discorreram sobre o objeto da ação civil pública que visa à responsabilização da ré por danos ambientais originados da exposição dos animais ao sofrimento, no desenvolvimento da atividade comercial. Relataram o episódio ocorrido em 17/05/2024, ocasião em que foi inundada a unidade da Cobasi, localizada no Shopping Praia de Belas, em Porto Alegre, resultando no óbito de 38 animais destinados à venda. Sustentaram a negligência da parte ré, ao privilegiar a transferência dos computadores ao mezanino, em detrimento dos animais que estavam no subsolo, na iminência de afogamento. Alegaram que a conduta configurou omissão de socorro. Discorreram sobre a senciência dos animais. Dissertaram sobre decisão anterior da empresa de por fim à comercialização de cães e gatos, sustentando que houve discriminação da proteção dos animais, privilegiando espécies em detrimento de outras. Aduziram que a abstenção na comercialização de cães e gatos, anteriormente optada pela ré, é, em si mesmo, reconhecimento implícito da responsabilidade pelo bem-estar animal. Afirmaram que a preocupação apenas com os cães e gatos representa uma lacuna significativa no reconhecimento dos direitos de outras espécies de animais. Referiram que a consciência demonstrada pela empresa ré, de que a comercialização de animais pode estar associada a maus-tratos, deve ser estendida a todas as espécies, para a garantia de uma proteção mais abrangente e eficaz do bem-estar animal e da prevenção de práticas cruéis em todas as instâncias da indústria de animais de estimação. Discorreram sobre os dispositivos legais e constitucionais que respaldam os direitos dos animais e a proibição de maus-tratos. Postularam a concessão de antecipação de tutela para a imediata proibição de comercialização de animais pela ré, sob pena de multa diária em caso de descumprimento, a ser fixada pelo juízo. No mérito, pugnaram pela confirmação da liminar, com a proibição da comercialização de animais, bem como a condenação da empresa ao pagamento de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) a título de reparação extrapatrimonial pelos danos ambientais, a serem revertidos ao Fundo Nacional de Meio Ambiente. Anexaram documentos.

A apreciação do pedido de liminar foi postergada para momento processual posterior ao oferecimento de contraditório (evento 7, DESPADEC1).

O Ministério Público postulou a redistribuição do feito ao Projeto Meio Ambiente (evento 10, PROM1).

A ação foi redistribuída para o Projeto Meio Ambiente, nos termos do Edital nº. 001/2024 - COMAG (evento 13, DESPADEC1).

Foi determinada a exclusão do coautor CELIO STUDART BARBOSA do polo ativo da ação; a vinculação da ação, no sistema *eproc*, ao processo nº. 5105124-82.2024.8.21.0001; o traslado da decisão aos autos do processo nº 5110466-74.2024.8.21.0001 que já estava vinculado a este feito no sistema *eproc*, e a citação. Deu-se, ainda, vista Ministério Público (evento 21, DESPADEC1).

Restou designada audiência prévia de conciliação, nos autos da ação civil pública nº. 5105124-82.2024.8.21.0001, em conjunto com as demais ações civis públicas contra a COBASI e o Inquérito Policial instaurado para a apuração dos fatos (evento 33, DESPADEC1).

Foi realizada a solenidade e designadas audiências de prosseguimento da conciliação, separadamente, na esfera criminal e na esfera cível, com o sobrestamento de todos os prazos em todos os processos até a realização das respectivas solenidades (evento 55, TERMOAUD1).

Restou realizada a audiência de prosseguimento e, na esfera cível, não houve conciliação. Foi determinada a retomada do curso processual das ações, inclusive com a análise dos pedidos liminares em cada processo. A pedido da empresa demandada, restou deferido o prazo de 5 dias para manifestação a respeito dos respectivos pedidos liminares (evento 70, TERMOAUD1).

COBASI COMÉRCIO DE PRODUTOS BÁSICOS E INDUSTRIALIZADOS LTDA. apresentou manifestação. Em síntese, sustentou o perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão liminar. Arguiu ofensa às regras de livre exercício da atividade econômica, livre concorrência e o risco de criação de estado exceção não estabelecido em lei para punir antecipadamente a ré com uma pena sem previsão legal e sem que haja qualquer elemento de prova que permita a sua aplicação. Discorreu, brevemente, sobre a história da empresa, o desastre climático ocorrido no Estado do Rio Grande do Sul, em maio de 2024, e sustentou a inexistência de notícia de maus tratos, crueldade ou desídia nos cuidados dos animais sob a tutela da empresa ao longo dos quase quarenta anos de atuação no mercado. Relatou, com fotos, a sequência dos fatos desde 03/05/2024, relativos à inundação do Shopping Praia de Belas. Postulou o indeferimento da medida de urgência, alegando a ausência dos requisitos previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil. Anexou documentos (evento 68, PET1).

É o relato. Decido.

De acordo com o art. 300 do Código de Processo Civil¹, a tutela de urgência será concedida quando evidenciada a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

A vedação de maus tratos a animais se insere em "uma nova visão do direito calcada no princípio da dignidade animal, que tem, como conteúdo, a promoção do redimensionamento do status jurídico dos animais não-humanos, de coisas para sujeitos, impondo ao Poder Público e à coletividade comportamentos que respeitem esse novo status, seja agindo para proteger, seja abstendo-se de maltratar ou praticar, contra eles, atos de crueldade ou que sejam incompatíveis com a sua dignidade peculiar."²

Embora em nosso sistema jurídico, o antropocentrismo ainda prevaleça, observa-se um certo abrandamento desta visão, principalmente a partir do desenvolvimento da corrente do bem-estar animal, defendida pelo filósofo Peter Singer, que trouxe discussões significativas sobre a proteção dos animais, gerando um importante debate sobre suas condições de vida e direitos³.

Prova disso é que o Código Ambiental do Rio Grande do Sul (Lei nº 15434/2020) dispõe:

Art. 216. É instituído regime jurídico especial para os animais domésticos de estimação e reconhecida a sua natureza biológica e emocional como seres sencientes, capazes de sentir sensações e sentimentos de forma consciente.

Parágrafo único. Os animais domésticos de estimação, que não sejam utilizados em atividades agropecuárias e de manifestações culturais reconhecidas em lei como patrimônio cultural do Estado, possuem natureza jurídica "sui generis" e são sujeitos de direitos despersonalizados, devendo gozar e obter tutela jurisdicional em caso de violação, vedado o seu tratamento como coisa.

A sociedade atribui um valor crescente aos animais, reconhecendo-os como seres sensíveis que sofrem e merecem proteção. Isso é evidenciado pelos esforços realizados durante as recentes enchentes no Rio Grande do Sul, em que foram empreendidas diversas ações de salvamento dos animais vítimas da tragédia. Tal mobilização demonstra uma conscientização coletiva sobre a importância de cuidar e proteger os animais, reforçando o entendimento de que eles possuem direito à vida e ao bem-estar, refletindo um avanço significativo na ética e nas práticas de proteção animal.

Nesse contexto, diante do conjunto probatório constituído até o momento presente, de todas as informações trazidas em audiências prévias de conciliação (evento 55, TERMOAUD1 e evento 70, TERMOAUD1), bem como da disponibilização da demandada em encerrar a venda de animais na unidade do Shopping Praia de Belas (evento 70, TERMOAUD1), tenho que **é caso de proibir a comercialização de animais, de qualquer espécie, em lojas da ré situadas em shoppings centers, em todo o território nacional.**

Com efeito, pelo que se depreende, há alto risco de demora e multiplicidades de entraves na evacuação desse tipo de prédio comercial em ocasiões catastróficas, a exemplo daquela versada nestes autos. Ademais, a própria demandada já reiterou que no episódio da inundação, se viu impossibilitada de resgatar os animais da unidade Cobasi Shopping Praia de Belas, diante da proibição, por parte da administração do prédio, de ingresso nas dependências do shopping (evento 55, TERMOAUD1).

Registro que a sorte dos animais comercializados nas lojas não pode ficar à mercê de regras estabelecidas por terceiros.

Quanto aos demais estabelecimentos, situados fora da área de shoppings centers, considerando que a demandada comprometeu-se, judicialmente, a elaborar plano de contingência e treinamento de equipes para situações de desastres, priorizando o resgate dos animais (processo 5118079-48.2024.8.21.0001/RS, evento 70, TERMOAUD1), fica permitida a venda nesses locais, sem prejuízo da decisão ser revista, caso a empresa venha a descumprir a obrigação assumida nos autos do Inquérito Policial nº. 5118079-48.2024.8.21.0001.

Não é demais destacar que é imprescindível que todas as lojas da empresa ré, com autorização para a comercialização de animais, nos termos ora concedidos, mantenham o médico veterinário responsável atendendo todas as exigências legais, conforme já disposto pela própria demandada (evento 70, TERMOAUD1).

Ante o exposto, **DEFIRO EM PARTE A TUTELA DE URGÊNCIA**, para fins de:

a) proibir a comercialização dos animais, de qualquer espécie, em lojas da ré COBASI, situadas em shoppings centers, em todo o território nacional, sob pena de multa diária, fixada em R\$ 1.000,00, por descumprimento, e

b) autorizar a comercialização de animais em lojas da ré COBASI, somente nos estabelecimentos que estejam situados fora da área de shoppings centers, sem prejuízo da decisão ser revista, caso a empresa venha a descumprir a obrigação assumida atinente à elaboração de plano de contingência, priorizando o resgate dos animais.

Os animais que se encontram em lojas da ré COBASI situadas em shopping centers deverão ser transferidos no prazo máximo de 5 dias.

O prazo para contestação passou a fluir a partir da última audiência prévia de conciliação (evento 70, TERMOAUD1).

Transcorrido o prazo contestacional, à autora para réplica.

Após, intimem-se as partes sobre o interesse na produção de outras provas, especificando-as e justificando-as.

No silêncio, vista ao Ministério Público para parecer de mérito.

Após, retornem os autos conclusos para julgamento.

Intimem-se.

Mantenham-se vinculados a este feito, no sistema *eproc*, os demais processos que foram extintos (processo nº. 5105124-82.2024.8.21.0001 e processo nº. 5110466-74.2024.8.21.0001) somente para efeitos de consulta.

Habilitem-se, no sistema *eproc*, na condição de interessados, a PRINCÍPIO ANIMAL e a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RS.

Exclua-se CELIO STUDART BARBOSA do polo ativo, consoante já determinado no evento 21, DESPADEC1.

Cumram-se todas as diligências necessárias, com urgência.

Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA ANTUNES LAYDNER, Juíza de Direito**, em 8/7/2024, às 9:45:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://eproc1g.tjrs.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, informando o código verificador **10062663228v26** e o código CRC **6fbc0d0a**.

1. Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. ↵

2. Araújo Nunes, Cíclia ; Braga Lourenço, Daniel; Caravieri Martins, Juliane; Maria Cardoso Montal, Zélia. O Direito Animal:: A Tutela Ético-Jurídica dos Seres Sencientes (Portuguese Edition) (pp. 71-72). Editora Thoth. Edição do Kindle ↵

3. Fernandes Titan, Rafael. Direito Animal: O Direito do Animal Não Humano no Cenário Processual Penal e Ambiental (Portuguese Edition) . Edição do Kindle. ↵

5108087-63.2024.8.21.0001

10062663228.V26